

# Kibutz – exame de uma “quasi-utopia”

Vittorio Corinaldi

Vittorio Corinaldi nasceu em Milão, Itália, em 1931, emigrando para o Brasil em 1939. Arquiteto formado pela FAU-USP, desenvolve atividade profissional em Israel, onde radicou-se em 1956. Contribui periodicamente com diversas publicações, principalmente sobre aspectos práticos e teóricos do planejamento para as comunidades kibutz. Professor convidado na FAU-USP no ano de 1986, ganhador do Prêmio Olímpico de Israel por projetos de edifícios esportivos e participante oficial da 2ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo.

Do mesmo autor ver **Modernismo periférico** Óculum 5/6, jan/dez 1994, edição maio de 1995 pp 16-21.

A menos de 50 anos de sua independência, Israel é hoje um país que em muitos aspectos se aproxima do 1º mundo: apresenta um progresso econômico acelerado; uma estrutura social e política que —embora com falhas— se assemelha à das democracias constitucionais; um processo de preponderância dos critérios científicos e racionais nos desenvolvimentos agrícola, industrial e administrativo; uma criação cultural rica e genuína —dentro das limitações e solicitações contraditórias de uma sociedade pluralista, formada por grupos e indivíduos vindos das mais variadas origens, e submetida por décadas a um desgaste contínuo no plano da segurança individual e coletiva.

Sua situação geográfica; sua posição diante de um conflito político e militar de natureza complexa e prolongada; sua singular constituição humana —todos estes e mais outros fatores— colocaram o país no foco do interesse internacional, com um relacionamento (ora simpatizante, ora antagonico) sempre desproporcional às exíguas dimensões de seu território. E muitas de suas realizações são examinadas e estudadas à luz de conceitos e preconceitos resultantes de uma herança secular, em que o esforço pela sobrevivência física e cultural se faz sentir em todas as fases da história do povo judeu.

E embora admitindo que sob o fundo desse esforço se sobrevivência imposto pela sociedade dominante surgiram também aqui ou lá manifestações pouco edificantes de usufruto material ou de elitismo espiritual que serviram de alimento às idéias anti-semitas em todas as épocas, não se pode negar porém que o essencial da criação espiritual e material desse povo sempre se caracterizou por um universalismo de alto valor ético, capaz de ultrapassar todos os limites do sectarismo nacional ou religioso.

É nessa categoria que se coloca o kibutz —uma das realizações mais originais da Israel moderna e uma das experiências mais significativas em matéria de concentração dos seres humanos em comunidades.

Essa experiência social única nasceu das condições de extrema penúria com que se defrontaram os primeiros imigrantes judeus chegados à Palestina dos primórdios do século XX, e absorveu suas características ideológicas do pensamento profético judaico conforme expresso no relato bíblico, e das idéias socialistas e revolucionárias européias, que facilmente encontraram adeptos entre os jovens mais esclarecidos das miseráveis e discriminadas massas judaicas da Europa oriental —Rússia e Polônia em especial.

O que é sem dúvida notável é o fato de que tais condições de escassez e tais origens de séculos de discriminação, não levaram a uma reação vingativa ou a uma colonização individualista expansionista e aventureira tipo "Far West", nem a um desalojamento coercivo de populações ou a emprego humilhante de mão de obra "indígena". Pelo contrário, o que inspirou os primeiros "colonizadores" judeus da Palestina foi uma convicção da necessidade de efetuar através do exemplo pessoal uma profunda transformação no homem judeu, restituindo-o ao trabalho manual e agrícola, e incentivando-o para a ligação com a terra, para as profissões técnicas, para a auto-defesa ativa e para uma renovação cultural cujo sintoma mais forte foi o renascimento da língua hebraica como instrumento de comunicação corrente e não apenas como veículo obsoleto de orações, nas quais a milenar aspiração de volta ao país dos antepassados revestia-se de um misticismo passivo e resignado.

Certamente impelidos pela necessidade e pela angustiante falta de recursos (já que os instrumentos de fomento e desenvolvimento normalmente proporcionados pelo estado eram totalmente inexistentes), voltaram-se os pioneiros do kibutz para a organização em comunas, capazes de lhes dar coesão e solidariedade frente às condições adversas, ao mesmo tempo pondo em prática a auspiciada transformação da estrutura econômica do povo.

Devido a seu caráter absolutamente voluntário e sua orientação leiga e progressista, essas comunas atraíram desde logo o melhor da juventude da época, o mais avançado da elite intelectual, o mais dedicado e espontâneo da vanguarda humana. E realizaram aquilo que para

muitos parece uma concretização da utopia: o estabelecimento em bases completamente igualitárias de uma sociedade moderna e atualizada onde o dinheiro não circula e a propriedade privada é inexistente. E não por acaso elas vieram a desempenhar um papel consciente e de primeira linha no estabelecimento, na defesa e no desenvolvimento do país independente.

Delas emergiram líderes de incontestável estatura não só política, mas principalmente moral: homens e mulheres de extrema simplicidade, modéstia e austeridade de costumes, mas de elevada consciência social frente ao indivíduo e sua dignidade como tal, e frente ao coletivo e suas exigências em campo econômico, organizacional ou ideológico.

Em fusão de valores individuais e coletivos se revelou num regime interno de democracia participatória direta e aberta, que se ampliou por todos os campos da atividade do kibutz, e se traduziu num movimento de amplas dimensões, que veio a agregar todas as comunidades kibutz (cerca de trezentos em todo país) e estabelecer normas conjuntas de comportamento e critérios de julgamento praticamente em todos os setores de sua ação —alguns deles (como o setor educativo por exemplo) possuidores de características especialíssimas e únicas —características que por si só constituíam um foco de atenções e estudos profissionais mundo afora, devido ao avançado grau de sua técnica educativa e à motivação consciente de criação de novos quadros humanos que a inspirava.

Qual é o motivo, porém, de abordar este tema em uma revista de arquitetura?

Como foi dito, mesmo nos abstraindo do caráter global da comunidade, cada um dos fatores que compõe o kibutz se revela como um campo experimental, no qual são testadas idéias, teorias ou feitos, à luz de sua aplicação prática sobre um organismo social vivo.

Também o setor habitacional e de planejamento se enquadra nesta classificação: seja pelos programas específicos de projeto e construção que devem atender hábitos e necessidades diferentes dos convencionais; seja pela forma como é conduzido o processo de tomada de decisões também em questões de habitação e ambiente físico pela totalidade da comunidade; seja pela estrutura particular do trabalho de projeto, que por carecer de padrões anteriores, teve que criar seu próprio mecanismo de pesquisa e de estudo das funções que vêm a compor a organização do kibutz.

Mais ainda, o movimento kibutz iano criou um órgão próprio de planejamento que centralizou essa atividade, dando ocupação a uma considerável equipe de arquitetos, técnicos e pesquisadores provenientes das próprias fileiras do kibutz.

Não tendo que competir no mercado profissional, esse órgão pôde se permitir atividades que normalmente escapam às finalidades de qualquer escritório de arquitetura —mesmo os maiores dentre eles: atividade editorial, seminários e debates diretos entre os arquitetos e a comunidade dos "clientes", pesquisa de técnicas construtivas incentivada pelo volume numérico considerável das construções e pela concentração organizacional destas através de uma administração centralizada.

Sendo eu próprio de longo tempo ligado a esse organismo, sempre enxerguei nele um protótipo de organização ideal para o trabalho do arquiteto. Mais ainda, o planejamento do kibutz como célula social completa e orgânica, sempre me pareceu uma experiência digna de observação —pela sua natureza que reúne em escala piloto todos os aspectos da estrutura urbana: habitação, serviços públicos, serviços sociais e educativos, infra-estruturas técnicas, indústria, agro-indústria e agricultura. E a participação direta do usuário nas decisões sobre o planejamento (indo desde considerações ambientais e critérios funcionais e práticos, passando pela fixação de verbas e prioridades, e indo até o relacionamento a nível de detalhe relativo ao conforto coletivo e individual) me se afiguravam sempre como uma amostra que poderia encerrar métodos e critérios aplicáveis

também a concentrações urbanas muito maiores, numa tentativa (talvez ingênua) de encontrar respostas aos problemas conhecidos da cidade e de suas populações sem identidade humana e incapazes de domínio sobre seus destinos.

A arquitetura que saiu das pranchetas desse escritório sempre foi —em termos absolutos e relativos— uma arquitetura "de A minúsculo": dificilmente se encontrará nos exemplares um gesto mais simbólico, um detalhe imaginoso e criativo, um discurso mais rico a nível de espaços, volumes, texturas, uma afirmação de ordem cultural e filosófica. Raras vezes atingiu essa arquitetura um limite que ultrapassasse o essencial em termos funcionais e de orçamento. E por outro lado, estando sujeita a limitações impostas pelos órgãos burocráticos que controlam a distribuição de recursos para a construção no país, e tendo que atender a uma média padronizada de consumidores, ela tinha que conformar àqueles esquemas e àquelas soluções mais convencionais que são generalizadamente aceitos, sem despertar desconfianças de experimentalismo e temores de custos inesperados.

Também, ao possibilitar ao usuário uma intervenção muito direta no processo de projeto, abre-se o campo a uma vulgarização do produto arquitetônico: dilema muito comum para o arquiteto, tensionado pela convicção do alcance social de seu trabalho e pelo desejo de uma expressão pessoal criativa e original.

Assim, especialmente no setor da habitação individual, vemos no kibutz uma tendência de concessão a desejos e aspirações particulares, que se fazem sentir na organização planimétrica geral do núcleo kibutziano: edifícios na maioria de um só piso, reunindo no máximo quatro apartamentos (mas em geral somente dois); distâncias exageradas entre esses edifícios, dissolvendo-os

num tecido ajardinado de baixa densidade e de custosa manutenção; emprego de expedientes arquitetônicos de falso caráter "rural" (telhados, pérgolas, etc.) numa idealização romantizante da vida do campo. E diversas outras manifestações, que contradizem a imagem unitária que se esperaria encontrar em núcleos comunitários.

Em contraste, as construções que abrigam os serviços públicos do kibutz pecam às vezes por um excesso de exibicionismo: o refeitório comunal (que por muito tempo foi o único espaço de amplas dimensões, e que portanto exerceu não só a função de refeitório, mas também a de centro comunal para todas as atividades conjuntas) reveste-se em alguns casos de uma roupagem de certo luxo e sofisticação, e assume quase o valor de "símbolo monumental" da comunidade.

O mesmo se pode dizer de teatros, auditórios, centros de cultura e de esporte, que surgem quando a comunidade atinge um grau de prosperidade econômica mais elevado; e de certos exemplares dentre as construções destinadas à educação e ao ensino.

E ao lado disto, nem sempre se tira partido arquitetônico e urbanístico de outros serviços públicos encarados como menos "nobres" —como o abastecimento, os serviços coletivos de rouparia e lavanderia, os serviços de saúde etc.— para uma composição mais coesa e equilibrada do centro físico, e para um fortalecimento do coeficiente de encontro social.

Nem se dá sempre suficiente expressão planimétrica ao princípio de separação entre o movimento de pedestres e veículos: princípio que orientou rigorosamente os indicadores do planejamento kibutziano, e que servia admiravelmente a uma sociedade pouco motorizada, onde a educação coletiva dos jovens e das crianças incentivava o movimento livre e independente destes por todo o âmbito do kibutz, e onde as dimensões controladas e a organização centralizada do núcleo habitado possibilitavam o exercício de todas as atividades sociais em raio de deslocamento pedestre.

Chegado a este ponto, o leitor terá percebido como em muito do que foi dito se faz uso de verbos em tempo passado: o quadro humano descrito no começo do artigo era fruto de um período "heróico" na história do país. Israel e o mundo passaram durante os anos por acontecimentos traumáticos e transformações profundas. O desmoronamento da União Soviética resultou não só no fracasso do comunismo como ideologia de um

regime totalitário, mas também na queda de todas as ideologias. E na corrente da rejeição do comunismo, foram carregadas também as idéias do Socialismo liberal e democrático, às quais o mundo ocidental deve a estrutura do bem-estar social, cujas manifestações são hoje conquistas adquiridas e reconhecidas.

Acredito que a História ainda há de mostrar o injusto desse equívoco, que coloca na mesma categoria os pecados do absolutismo e os vícios da burocracia do regime soviético, com os conceitos de economia planificada e de distribuição mais justa dos meios e resultados do trabalho, que são a base de uma visão de esquerda da sociedade, e que constituem também o fundamento do kibutz.

Mas até que esse equívoco se dissipe, o mundo continuará a marchar no caminho vigente do capitalismo de livre iniciativa, na ilusão de prosperidade que nasce da euforia de consumo, e a medir todas as expressões do ser humano pelos critérios de sua maior ou menor capacidade de resistir às forças do mercado e de competir neste através de instrumentos privatizados.

E o kibutz, que sempre foi uma minoria na população de Israel, mas que em épocas anteriores manteve no país uma posição de vanguarda, encontra-se hoje frente a uma profunda crise existencial. Superadas suas tarefas pioneiras a nível de desenvolvimento nacional e desaparecidos os motivos materiais de sua organização coletiva, torna-se inevitável um enfraquecimento de tensão ideológica e um incremento das pressões individualistas ou das iniciativas a benefício particular e não da comunidade. A qualidade de elite reconhecida que o kibutz mantinha aos olhos da maioria da população, transforma-se aos poucos e inexoravelmente na de uma minoria sectária tolerada, uma espécie de aristocracia rural em fase de extinção, agarrada a direitos pouco justificáveis na realidade presente e a costumes pouco compreensíveis quando destituídos da alavanca de solidariedade humana que era a alma de sua existência.

Esta crua constatação não será evidentemente compartilhada por todos os componentes do movimento kibutziano: algumas de suas comunas tiveram grande sucesso em campo da produção agrícola ou industrial e se acham num estado de indiscutível florescimento econômico —especialmente se analisadas segundo os critérios da administração de empresas. Mas é justamente isto que reconfirma o diagnóstico pessimista antes expresso: não mais observamos comunidades que em esforço coletivo desenvolveram ramos de atividade econômica, e sim empreendimentos que através de seu sucesso mantêm de pé uma estrutura comunal cada vez menos igualitária.

E por contraste, ao lado destes, outros kibutzim que não tiveram o mesmo sucesso em seus empreendimentos econômicos, veem-se hoje incapazes de garantir a seus membros o nível de vida e o grau de segurança social de que lhes caberia gozar e que decorre da situação geral do país.

Na busca de uma saída para seus impasses econômicos, muitas dessas comunidades abrem mão de um dos elementos vitais de seu patrimônio —a terra (que embora de propriedade do estado, é cedida em arrendamentos de longo prazo). Terra é hoje um artigo de alta procura, devido ao "boom" imobiliário que se alastrou pelo país, que por suas pequenas dimensões corre o risco de transformar numa cidade-território congestionado tipo Singapura ou Hong-Kong, se prevalecer a atual tendência de especulação que como sempre consegue se antepor a qualquer planejamento.

E a imagem ideal de um equilíbrio controlado cidade-campo, que o kibutz materializava, vai cedendo lugar à proliferação de subúrbios onde o mau gosto e a baixa qualidade ambiental são não raros as constantes de composição.

Que conclusões podemos nós, arquitetos —que nos formamos dentro do quadro profissional do kibutz original— tirar diante da tendência que vai se moldando a nosso redor?

Um fato básico é que o escritório do movimento kibutziano, tendo que se adaptar à nova realidade para poder sobreviver, lançou-se à concorrência na praça em bases comerciais. Seu caráter em nada se diferencia do de qualquer escritório de arquitetura, e ele deixou de ser o porta-voz profissional de um setor muito específico. Seu manifesto de qualidade ambiental ligada a uma forma especial de organismo social já não responde a aspirações reais, e já não fala ao público israelense. Este não demonstra sequer grande interesse ou preocupação pela contaminação do panorama que vem se dando a seus olhos.

A maioria dos arquitetos israelenses, à semelhança de muitos de seus colegas internacionais, mantêm-se numa posição de indiferença quando não de cumplicidade, diante dos programas megalomaniacos patrocinados pela finança especulativa ou pela demagogia política de curto alcance. E os arquitetos do kibutz, que em passado podiam pleitear uma posição militante e desinteressada neste aspecto, já se dobraram ao vento soprante e já assimilaram muitos dos "modismos" e clichês correntes no campo profissional contemporâneo, ao gosto dos círculos econômicos dominantes.

O que resgatará então do cabedal de idéias, de projetos e de realizações que acompanharam o desenvolvimento do kibutz desde seu início? Será a arquitetura israelense capaz de tirar destes algum exemplo ou alguma lição?

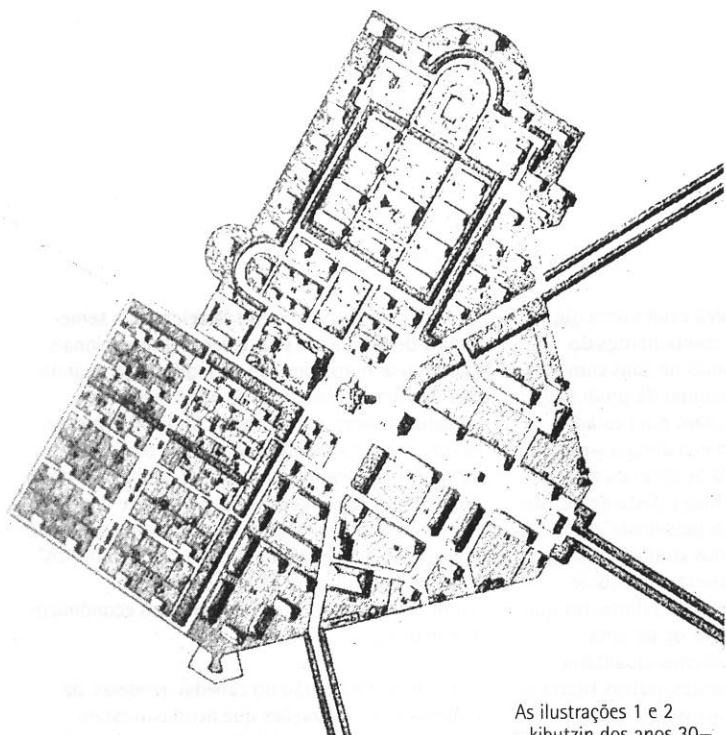
Assim como o conceito do kibutz —mesmo na sua radical transformação— entrou já na consciência histórica deste país e ficou assimilado em muitas de suas tradições políticas e culturais, também o planejamento físico e arquitetônico do kibutz há de deixar no final das contas sua marca no desenvolvimento físico —urbano e suburbano: depois que a poeira da euforia do crescimento se assentar, hão de voltar à tona os valores de qualidade ambiental e de escala humana na organização da sociedade, que constituíam a plataforma básica do planejamento físico do kibutz.

E assim como o racionalismo do período "Bauhaus" dos anos 30 permanece até hoje como o postulado ético da arquitetura de Israel —mesmo depois que esta se modificou irreconhecivelmente— também o kibutz e o trabalho de seus arquitetos hão de ficar como documentos de uma cultura cujas raízes ainda frutificarão, no contexto das mudanças a que nenhum fenômeno social e nenhum organismo vivo podem se esquivar.

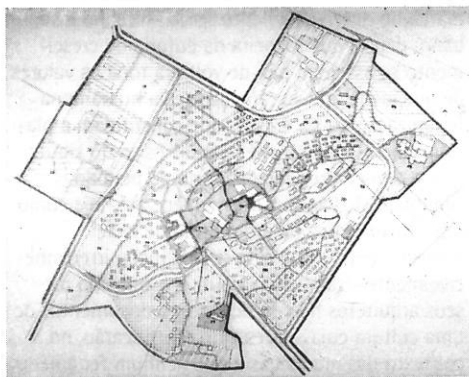
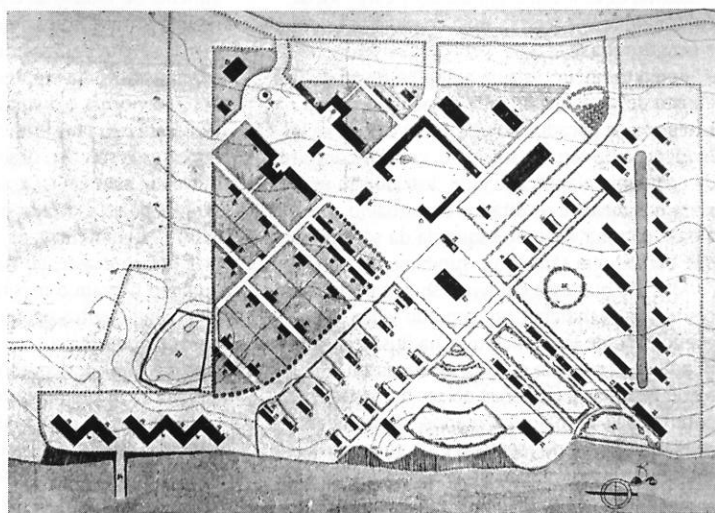
### Tipologias Planos típicos de Kibutz

A organização planimétrica prevê o crescimento da comunidade até dimensões máximas de 600 a 700 habitantes, com uma distribuição funcional que permitisse a separação do tráfego de veículos da circulação de pedestre. Em casos relativamente raros, a população atingiu a cifra de 2000 habitante.

A colocação dos vários setores de kibutz obedece a critérios práticos, ecológicos, defensivos, estabelecendo zonas de habitação de adultos, habitação e ensino de crianças e jovens, serviços centrais, atividades agro-industriais, oficinas, etc.

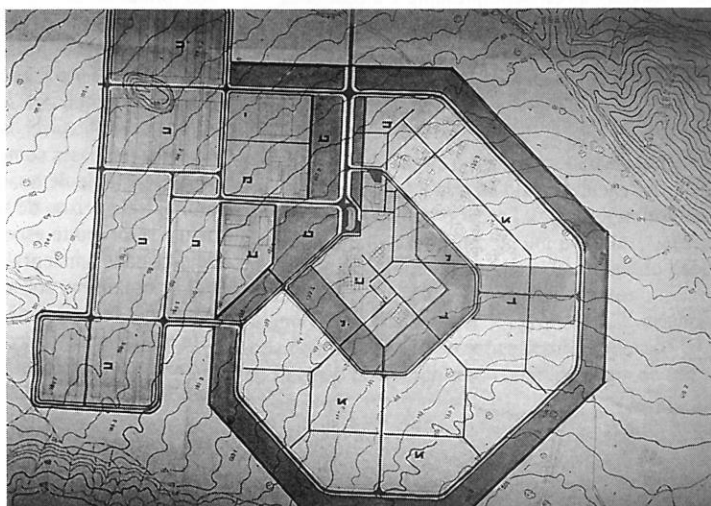


As ilustrações 1 e 2 —kibutzim dos anos 30— denotam uma certa rigidez planimétrica, que se manifestou no decorrer dos anos como problemática para um crescimento orgânico. Por outro lado, até na organização física do núcleo sente-se a influência de uma orientação conceitual e ideológica nitida



Na ilustração 3 temos um exemplo dos kibutzim que cresceram até dimensões consideráveis, mas onde o esquema planimétrico não favoreceu uma expansão equilibrada de todas as funções em cada uma das fases de crescimento

Na ilustração 4 temos um exemplo dos kibutzim mais recentes (anos 60). Neles se nota uma planimetria mais racional, baseada em análise mais rigorosa das perspectivas demográficas e econômicas de crescimento

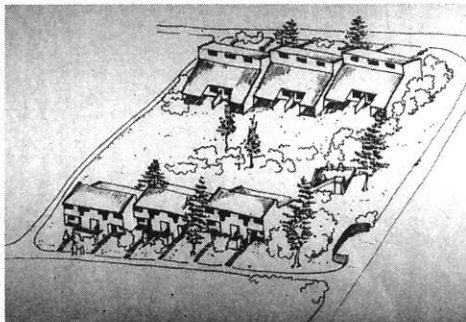


## Moradias de adultos

Vistas de alguns exemplos e plantas típicas de célula habitacional e de conjuntos. Estes procuram em geral deixar espaço para jardinagem individual, enquanto a organização geral do núcleo aspira a um desenvolvimento a modo de parque, cuja manutenção está a cargo da comunidade.



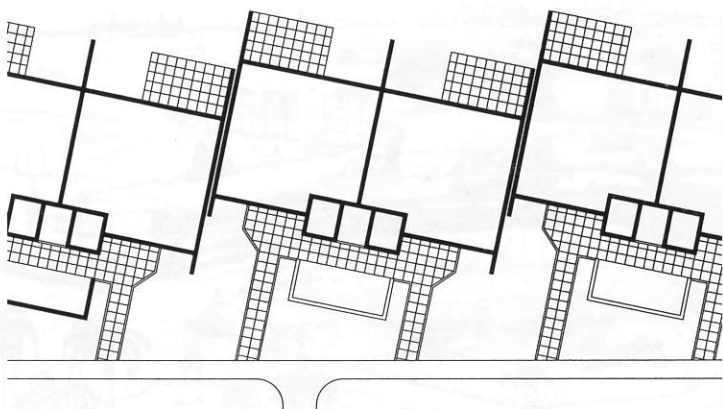
Kibutz Eilot



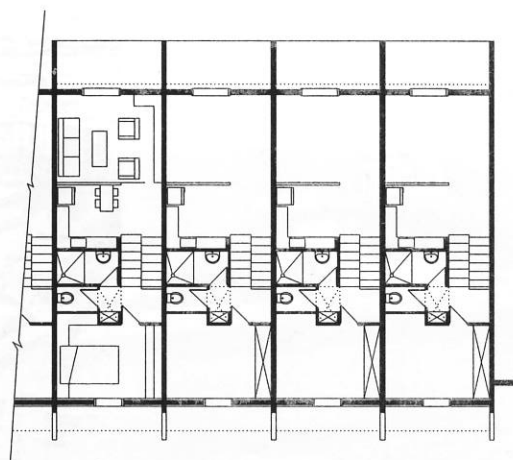
Kibutz Shfaim, vista geral



Kibutz Mishmar Hasharon



Kibutz Shfaim, planta de conjunto



Kibutz Hagoshrim, habitação para solteiros e casais jovens



Kibutz Mishmar Hasharon



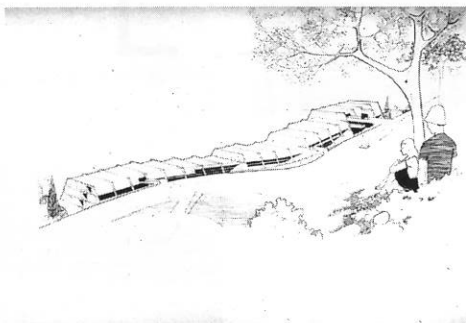
Kibutz Guivat Haym



Kibutz Beit Haemek



Kibutz Beit Haemek



Kibutz Manara, habitação familiar em forte declive, perspectiva

### Construções para fins educativos

Os jovens da comunidade —do nascimento até o fim do curso colegial— eram educados em grupos orgânicos, em edifícios que reuniam a função de moradia (espécies de "repúblicas") com as de estudo e convívio social. O colóquio familiar se dava por certo número de horas diárias na moradia dos pais (que conseqüentemente se resumia em sala e dormitório) ou nas funções públicas e espaços externos.

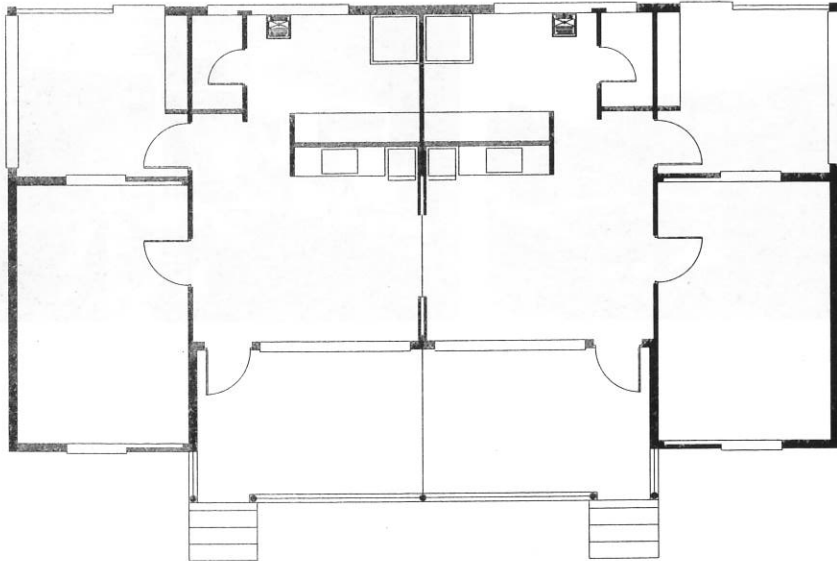
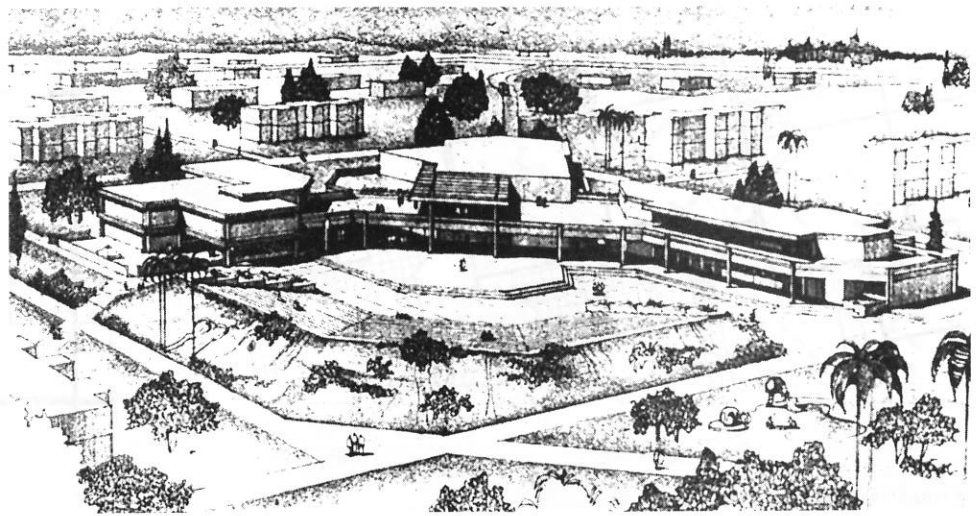
Este original sistema educativo não resistiu às pressões externas: hoje os filhos passaram a residir com os pais, cujas casas tiveram que ser convenientemente ampliadas (Nisto não há que se ver uma mera transformação logística e sim uma profunda modificação conceitual e —na opinião de muitos— uma drástica concessão nos valores coletivos).

As construções destinadas aos jovens assumiram assim o caráter de simples "creches diurnas" para crianças de baixa idade e de "externato" para as maiores.

### Refeitório comunal

O refeitório —geralmente o edifício central e dominante do kibutz— é também o centro comunitário para toda sorte de atividades conjuntas. A mais importante dentre elas (à parte das refeições servidas livre e gratuitamente em instalações que chegam a atingir nível sofisticado de grandes restaurantes bem equipados) era a assembléia semanal de todos os membros do kibutz, onde se decidiam por discussão livre e votação aberta todas as questões relativas à vida comunitária e do indivíduo.

Hoje a tendência é de uma diminuição no uso dos serviços coletivos, dentre eles as refeições —resultando num afrouxamento dos laços humanos e do encontro social. É também a assembléia geral cede lugar a expedientes de debate e de voto tecnicamente mais sofisticados (como transmissão em circuito fechado de TV das reuniões da secretaria executiva) mas socialmente muito menos explícitos e diretos. Nas ilustrações temos várias vistas de refeitórios comunais em diversos kibutzim. Em alguns dos exemplos o edifício reúne também outras funções ou se liga a outros de caráter público, como o auditório.



Planta de uma creche para recém-nascidos até a idade de três anos



